

Para além do Neoliberalismo?

Ricardo Musse¹

Livro: *Brasil, México, África do Sul, Índia e China – Diálogo entre os que chegaram depois*
Autores: Glauco Arbix, Álvaro Comin, Mauro Zilboviciux, Ricardo Abramovay (orgs.)
Editoras: Unesp, Edusp
São Paulo, 2003. 340 páginas

Até 1980, o desenvolvimento, nos países da semiperiferia do capitalismo, consistia em uma estrada aberta. Bastava seguir em frente, “tocar o barco”, como se dizia na época. A gestão sistêmica do capitalismo, no entanto, após o colapso das regras acordadas em Breton Woods, depois de dois choques de preços do petróleo e de uma inusitada combinação de recessão e inflação, foi submetida a profundas modificações. Nas novas modalidades de acumulação do capital, ensaiadas a partir de então, o desenvolvimento parece não ter lugar. A equiparação entre as forças produtivas dos países centrais e da semiperiferia passou de hipótese provável à esperança remota. De repente, o futuro deixou de estar ao alcance. Com isso, o desenvolvimento tornou-se o nó econômico, político e social desses países.

Nessa conjuntura mundial, haveria ainda espaço para o desenvolvimento da semiperiferia do capitalismo? *Brasil, México, África do Sul, Índia e China: Diálogo entre os que chegaram depois* busca uma resposta a essa questão, confrontando a experiência desses cinco países-baleias. Seu ponto de partida é a percepção de que o movimento sistêmico, por si só, não converge forças para o desenvolvimento, como outrora. Nesses últimos anos, cada vez mais, consegue desenvolver-se apenas quem dispõe de uma estratégia adequada e eficaz.

O livro congrega as intervenções do Seminário Internacional Brasil, México, África do Sul, Índia e China: Estratégias de Integração e Desenvolvimento. Dispõe-se em três partes. A primeira aborda “desenvolvimento, liberalização e globalização”, a segunda, “agricultura e agroindústria” e a outra, “Estado, integração regional e desenvolvimento”.

Na primeira parte, discutem-se, de modo geral, as estratégias de crescimento econômico disponíveis. Os articulistas, cada um a seu modo, rejeitam o legado do experimento neoliberal, avaliando seus resultados e buscando alternativas ao modelo hegemônico nas últimas décadas.

O coreano Ha-Joon Chang, professor em Cambridge, reconstitui o neoliberalismo como uma “aliança espúria” entre economistas neoclássicos e a tradição “libertária” austríaca. Nessa junção, o discurso político dos “austríacos” referenda os preceitos econômicos e vice-versa, gerando uma série de distorções. Como definir “mercado livre”, se a mesma ação estatal pode ser considerada intervenção ou não, conforme variam a história e a geografia (centro-periferia)? Como apontar as “falhas” do mercado sem defender implicitamente uma determinada teoria acerca do que seja desejável?

Ante essas limitações, Ha-Joon Chang propõe o esboço de uma economia política “institucionalista”, que estenda a abordagem político-econômica do âmbito do Estado para

¹ Professor no Departamento de Sociologia da USP. Graduou-se em Física pela UFG. É mestre em Filosofia pela UFRGS e doutor em Filosofia pela USP. Organizou, entre outros, *Émile Durkheim – Fato social e divisão do trabalho* (Ática, 2007).

a esfera do mercado. Preocupa-se em constituir uma alternativa efetiva ao modelo neoliberal, evitando delinear um programa que contemple um Estado mais intervencionista, mas ainda determinado por esse modelo. Trata-se, sobretudo, de conceber, de maneira distinta, o sistema econômico por meio de relações mútuas entre as múltiplas instituições que o compõem: o mercado, como instituição de troca; as empresas, como instituições de produção; o Estado, como instituição política que cria e regula as relações entre elas; as instituições de classe, como sindicatos de empregados e de empregadores; e, por fim, as informais, como a convenção social etc.

Dani Rodrik, professor em Harvard, ressalta que o desenvolvimento no século XX resultou da implantação de uma economia mista, da conjugação recíproca entre iniciativa privada e ação coletiva, entre mercado e Estado. O estancamento do crescimento econômico, a partir de 1975, deve ser atribuído antes a desequilíbrios macroeconômicos do que à adoção de determinadas políticas comerciais (protecionismo) ou industriais (substituição de importações). A contraprova disso seria o fato de que os países que melhor enfrentaram as recorrentes crises financeiras foram os que dispunham de condições de efetivar, em prazos mais curtos, os ajustes necessários – países com menores conflitos distributivos, seja devido a um perfil não acentuado de desigualdade de renda ou à ausência de diferenças etnolingüísticas. Acrescenta, ainda, que “o desenvolvimento econômico deriva de uma estratégia criada em casa, e não do mercado mundial”.

Glauco Arbix e Mariano Laplane, professores respectivamente da USP e da Unicamp, destacam que a política brasileira no governo FHC, na medida em que procurou orientar a economia em função exclusivamente do mercado (interno e externo), com ênfase na privatização, desregulamentação e abertura comercial, não conseguiu – ao contrário do que se imaginava – atrair investimentos diretos externos (IDE) de primeira linha. Estes se concentraram em atividades do mercado interno, sobretudo no setor de serviços. Tais investimentos não foram alocados para a ampliação da capacidade produtiva, mas desviados, via transferências de propriedade, para a aquisição de ativos já existentes, contribuindo, assim, para o déficit externo do país.

De modo geral, as políticas adotadas no Brasil nesse período teriam desconsiderado a importância do Estado para a eficácia do sistema econômico, seu poder estruturante, bem como “sua capacidade de dialogar, negociar e se articular com a sociedade”. Tampouco levaram em conta as assimetrias entre as nações, a disparidade no que se refere a comércio, mercados, acesso a tecnologias de ponta, controle de empresas transnacionais etc. A fé nas potencialidades de um suposto mercado mundial, a ser alcançado via globalização, privou o país de estratégias eficazes de desenvolvimento.

Rubens Ricupero, ex-secretário-geral da Unctad (agência da ONU para comércio e desenvolvimento), destaca o fracasso da política de desenvolvimento, implícita na globalização. A integração radical ao mercado mundial apenas acentua as assimetrias entre centro e periferia, uma vez que a liberalização não abrange nem o mercado de trabalho, nem a tecnologia, e mesmo a liberalização comercial mantém-se seletiva. Na contramão desse processo, abriram outras veredas para o desenvolvimento, como o modelo asiático, assentado – ao contrário do latino-americano – em poupança interna e no mercado externo.

Para países continentais como os cinco enfocados no Seminário, Ricupero recomenda uma política de defesa da soberania. O exame comparativo dos países da periferia e semiperiferia mostra que, depois de 1975, só mantiveram desenvolvimento sustentável os que são dotados de uma burocracia estatal eficiente, voltada para a elaboração de estratégias próprias de crescimento, e que investiram em recursos humanos (educação,

ciência e tecnologia), tendo também alterado seu perfil de distribuição de renda (pela implantação de reformas agrárias radicais ou programas de redução da pobreza).

A segunda parte do livro examina o perfil da agricultura em dois países que não conseguiram realizar efetivas reformas agrárias: Índia e Brasil. A novidade dos últimos anos, aqui e lá, foi um relativo aumento da população rural. Este, no entanto – como esclarece o artigo do ex-ministro José Graciano da Silva –, não se deve a uma maior absorção de trabalhadores na atividade agrícola, mas ao surgimento de atividades não-agrícolas na área rural (em lazer, preservação etc.) ou, ainda, ao fato de o campo ter-se tornado uma opção residencial, seja em condomínios de alto padrão, seja como moradia para trabalhadores mal remunerados.

Fecha o bloco um artigo que examina, de forma exaustiva, a legislação de diferentes nações e o comércio internacional de produtos geneticamente modificados (transgênicos).

A terceira parte justifica o título do livro. Compõe-se de cinco artigos que examinam diferentes aspectos da economia atual na China, Brasil, África do Sul e México.

Zhiyuan Cui aponta as semelhanças entre a implantação das instituições de mercado nos Estados Unidos, no século XIX, e na China, nas duas últimas décadas. Francisco de Oliveira retoma a questão das desigualdades regionais no Brasil, numa perspectiva histórico-estrutural. Ismail, Draper e Carim fornecem uma descrição geral da política de relações comerciais da África do Sul, em seu continente, com a tríade Estados Unidos, Comunidade Européia e Japão e com países avulsos, como o Brasil e o Irã. Por fim, Máttar e Hernández fazem um balanço dos resultados da política econômica adotada pelo México, após a instituição de uma zona de livre comércio entre este país, os Estados Unidos e o Canadá, abordando, ainda, a situação da indústria “maquiladora” no México e na América Central.